



## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2020

Entre as partes, de um lado, **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MÁRMORES E GRANITOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, CNPJ: 62.548.748/0001-80 e de outro lado, **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, CNPJ: 60.505.252-0001-02 E SINDICATOS FILIADOS;

**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, CNPJ: 60.505.252-0001-02 E SINDICATOS FILIADOS;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **ASSIS**, CNPJ n. 54.718.135/0001-16, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **BARRA BONITA**, CNPJ n. 54.713.433/0001-13, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **BARRETOS**, CNPJ n. 44.790.806/0001-04, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **CRUZEIRO**, CNPJ n. 47.550.843/0001-25, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **FRANCA**, CNPJ N. 47.984.646/0001-14, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO, CIMENTO, CAL, GESSO E MONTAGEM INDUSTRIAL DE **ITAPEVA**, CNPJ n. 49.801.459/0001-83, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABS. NAS INDS. DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **ITATIBA**, CNPJ n. 51.308.112/0001-45, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO E DE CERÂMICAS DE **ITU E REGIÃO**, CNPJ n. 50.235.316/0001-30, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **JACAREÍ**, CNPJ n. 50.477.371/0001-37, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO E DE CERÂMICAS DE **JAU**, CNPJ n. 50.757.608/0001-33, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **LIMEIRA**, CNPJ n. 51.486.942/0001-62, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **MARÍLIA**, CNPJ n. 44.471.076/0001-70, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO e MONTAGEM INDUSTRIAL DE **MIRASSOL E VOTUPORANGA**, CNPJ n. 51.847.812/0001-08, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CERÂMICA, DE REFRAATÓRIOS, DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE MONTAGENS INDUSTRIAIS E DO MOBILIÁRIO DE **MOGI GUAÇU E REGIÃO**, CNPJ n. 52.745.031/0001-75, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **OURINHOS**, CNPJ n. 54.711.353/0001-29, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **PIRACICABA**, CNPJ n. 47.766.316/0001-52, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO - SINTRACOM**, CNPJ n. 55.354.575/0001-02, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **REGISTRO**, CNPJ n. 57.739.815/0001-04, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, LADRILHOS HIDRÁULICOS, PRODUTOS DE CIMENTO E MÁRMORES E GRANITOS DE **RIBEIRÃO PRETO**, CNPJ n. 55.977.417/0001-09, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO **SANTO ANDRÉ, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA**, CNPJ n. 57.518.276/0001-83, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **SÃO CARLOS**, CNPJ n. 59.620.302/0001-05, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, CNPJ n. 60.000.510/0001-90, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

**Sindicato** dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, de Montagens Industriais e Instalações Elétricas, da Construção de Estradas, Pavimentação e Terraplenagem, do Cimento, Cal e Gesso, de Produtos de Cimento, de Olarias e Cerâmicas e do Mobiliário de **Sorocaba e Região**. Rua Dr. Artur Martins, 153, 18035- 250 - **SOROCABA-SP**, inscrito no CNPJ sob o nº 71.849.194/0001-42, neste ato representado por seu Presidente, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **TAUBATÉ**, CNPJ n. 72.306.913-0001-41, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478 e por seus representantes legais, fica estabelecida a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, na forma dos artigos 611 e seguintes da **CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

#### **1ª. REAJUSTE SALARIAL**

As empresas reajustarão os salários de seus empregados no percentual de 3% (três por cento) a partir de 1º de outubro de 2019.

**Parágrafo I** – Ficam garantidas as condições mais favoráveis.

**Parágrafo II** – As empresas que tenham concedido antecipações salariais por conta desta Convenção Coletiva de Trabalho deverão compensar considerando o quanto disposto acima.

**Parágrafo III** – As empresas que não efetuaram nenhum tipo de reajuste ou antecipação até 1º de outubro de 2019 deverão aplicar o reajuste mencionado acima.

#### **2ª. COMPENSAÇÕES**

Serão compensados todos os aumentos ou reajustes compulsórios ou espontâneos ocorridos no período de **01.10.2018 a 30.09.2019**, exceto aqueles decorrentes de promoções, méritos, transferências, equiparações, implemento de idade e término de aprendizagem.

#### **3ª. SALÁRIO NORMATIVO**

Será garantido aos trabalhadores do setor, em **1º de outubro de 2019**, um salário normativo, observado o valor preexistente atualizado nos termos da cláusula primeira, no valor equivalente a R\$ 1.559,62 (um mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e dois centavos) mensais; ou R\$ 7,09 (sete reais e nove centavos) por hora.

**Parágrafo primeiro:** - A este Salário Normativo não se aplica o percentual de aumento salarial da cláusula 1ª acima, dado já estar reajustado por esta convenção coletiva de trabalho.

**Parágrafo segundo:** Eventuais diferenças salariais, provenientes da aplicação da Convenção Coletiva, deverão ser pagas em até três parcelas juntamente com o salário de janeiro, fevereiro e março de 2020.

#### **4ª. ADMITIDOS APÓS DATA-BASE**

O reajustamento salarial dos empregados admitidos após **01/10/2018** obedecerá aos seguintes critérios:



a) aos empregados admitidos a partir de **01/10/2018**, será deferida a mesma taxa de reajustamento mencionado na cláusula 1ª até o limite do salário corrigido dos empregados exercentes da mesma função, admitidos anteriormente.

b) sobre os salários de admissão de empregados admitidos em funções sem paradigma e de admitidos por empresas constituídas após **01/10/2018**, deverá ser aplicado o percentual de acordo com a tabela abaixo, considerando-se, também, como mês de serviço as frações iguais ou superiores a 15 dias:

MÊS DE ADMISSÃO	PORCENTAGEM
Outubro /2018	3,00
Novembro/2018	2,75
Dezembro/2018	2,50
Janeiro/2019	2,25
Fevereiro/2019	2,00
Março/2019	1,75
Abril/2019	1,50
Maiio/2019	1,25
Junho/2019	1,00
Julho/2019	0,75
Agosto/2019	0,50
Setembro/2019	0,25

#### **5ª. COMPROVANTES DE PAGAMENTO**

As empresas fornecerão o comprovante de pagamento a seus empregados contendo a sua identificação e a do empregado, com descrição das importâncias pagas e descontos efetuados, os recolhimentos do FGTS, bem como a contribuição assistencial ou sindical descontada, mês de competência, salário nominal e função. As empresas que efetuam os pagamentos de verbas salariais (salário, férias, 13º salário, adiantamento, etc...) através de depósitos bancários, em condições que atendam os dispositivos da Portaria n.º 3.245, de 28.07.71, estão isentas de obter a assinatura dos seus empregados no respectivo recibo de pagamento, servindo como prova cabal e suficiente a comprovante de depósito bancário na conta corrente do empregado.

#### **6ª. GARANTIA SALARIAL**

Será garantido ao empregado admitido para função de outro, dispensado salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais, excluídos os cargos de confiança.

#### **7ª. SERVIÇO MILITAR**

Ao trabalhador em idade de prestação do serviço militar, inclusive Tiro de Guerra, será garantida estabilidade provisória desde o alistamento até 30 (trinta) dias após o desligamento da unidade em que serviu.

#### **8ª. EMPREGADOS EM VIA DE APOSENTADORIA**

Ao empregado que tenha 2 (dois) anos ou mais de serviço contínuo na mesma empresa e a quem, concomitante e comprovadamente, falte o máximo de até 12 (doze) meses para se aposentar, por tempo de serviço ou por idade, fica assegurado o emprego ou salário, durante o período que faltar para se aposentar, exceto nos casos de rescisão por justa causa, pedido de demissão ou acordo por rescisão, sendo que, adquirido o direito, cessa a garantia.

#### **9ª. INVALIDEZ PERMANENTE E AUXÍLIO FUNERAL**

No caso de falecimento ou invalidez permanente determinada pelo INSS e decorrentes de fatos ocorridos na empresa, esta pagará aos herdeiros no primeiro caso e ao empregado ou proposto no segundo, uma única vez, 1 (um) salário nominal a título de ajuda em eventuais despesas.

#### **10ª. HOMOLOGAÇÕES**

Homologações - a) todas as HOMOLOGAÇÕES de rescisões contratuais exigidas pela lei deverão ser feitas com assistência do sindicato dos empregados, desde que existente na localidade onde o empregado exerce sua atividade e em qualquer hipótese deverão ser efetivadas até 1º (primeiro) dia útil imediato ao término do contrato ou até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso-prévio, indenização do mesmo, ou dispensa de seu cumprimento, mediante o pagamento dos valores devidos, bem assim o registro da data de saída na carteira de trabalho;

b) o não cumprimento dos prazos supra acarretará multa diária de 2% (dois por cento) sobre o líquido a receber, devida a contar do primeiro dia após o decurso dos prazos acima mencionados, até seu efetivo pagamento, por empregado e a seu favor, assegurado, no entanto, o valor mínimo da multa a seu favor prevista na lei n.º 7.855/89;

c) caso, na data máxima prevista legalmente para ser efetuada a homologação da rescisão, a empresa venha a alegar ser impossível realizar a referida homologação em virtude de não fornecimento bancário do extrato dos depósitos do FGTS, a empresa, a fim de justificar tal impossibilidade, deverá comprovar por intermédio de cópia da carta do protocolo relativo ao pedido do citado extrato do FGTS, que formalizou perante o estabelecimento bancário depositário, o aludido pedido de extrato dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias contados do aviso de dispensa do empregado;

d) sempre que o sindicato dos trabalhadores se negar a proceder à homologação da rescisão contratual deverá fornecer à empresa documento que mencione os motivos de recusa;

e) no caso de homologação de empregadas gestantes ou de empregados em idade de prestação de serviço militar, as empresas quando não as realizarem no próprio sindicato, obrigam-se a comunicar o local, dia e hora da homologação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a fim de que o sindicato possa prestar a devida assistência ao ato de homologação;

f) fica facultada a assistência do sindicato patronal a seus filiados.

#### **11ª. ATRASO NO PAGAMENTO**

No caso de atraso de pagamento dos salários dos empregados, aplicar-se-á uma multa de 2% (dois por cento) no 1º dia, 4% (quatro por cento) no 2º dia, 6% (seis por cento) no 3º dia, 8% (oito por cento) no 4º dia, 10% (dez por cento) a partir do 5º dia, do respectivo salário do empregado e será corrigida monetariamente pela variação da TR, salvo problemas técnicos ou bancários. A multa será paga juntamente com os salários do mês subsequente. Os pagamentos deverão ser feitos, preferencialmente, através da rede bancária como medida de segurança.

#### **12ª. ABONO POR APOSENTADORIA**

Ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes, ao empregado que contar mais de 5 (cinco) anos na empresa, quando dela vier a se desligar por motivo de aposentadoria, será pago um abono equivalente a 30 (trinta) dias do respectivo salário nominal.

**Parágrafo único:** A indenização somente será paga por ocasião do definitivo desligamento do empregado da empresa empregadora, juntamente e no mesmo prazo do pagamento das verbas rescisórias, seja qual for o motivo do desligamento.

#### **13ª. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**



O prazo para celebração do contrato de experiência será de 30 (trinta dias), renováveis por no máximo mais 30 (trinta dias); não podendo ultrapassar o limite de 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo Único:** Caso de readmissão de empregados para a mesma função anteriormente exercida, não será celebrado o contrato de experiência.

#### **14ª. ACORDOS DE COMPENSAÇÃO DE HORAS**

A compensação de horas de trabalho será pactuada entre a empresa e seus empregados, com assistência da entidade sindical profissional, de forma que o excesso de horas de um dia seja compensado pela correspondente diminuição em outro dia, tudo nos termos e limites da legislação vigente.

#### **15ª. CIPAS**

O processo eleitoral da CIPA obedecerá a Portaria Nº 247, de 12 de Junho de 2011 (Altera A Norma Regulamentadora Nº 5).

I. A documentação referente ao processo eleitoral da CIPA, incluindo as atas da eleição e de posse e o calendário anual das reuniões ordinárias, deve ficar na sede da empresa à disposição da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego;

II. A documentação indicada no item I, desta cláusula, deve ser encaminhada ao Sindicato dos Trabalhadores quando solicitada;

III. A empresa deve fornecer cópias das atas de eleição e posse aos membros titulares e suplentes da CIPA, mediante recibo.

IV. A CIPA não poderá ter seu número de representantes reduzido, bem como não poderá ser desativada pela empresa, antes do término do mandato de seus membros, ainda que haja reduzido número de empregados da empresa, exceto no caso de encerramento das atividades do estabelecimento;

V. A vacância definitiva de cargo, ocorrida durante o mandato, será suprida por suplente, obedecida a ordem de colocação decrescente que consta na ata de eleição, devendo os motivos ser registrados em ata de reunião.

VI. Caso não existam suplentes para ocupar o cargo vago, a empresa deve realizar eleição extraordinária, cumprindo todas as exigências estabelecidas para o processo eleitoral, exceto quanto aos prazos, que devem ser reduzidos pela metade.

VII. O mandato do membro eleito em processo eleitoral extraordinário deve ser compatibilizado com o mandato dos membros da Comissão.

VIII. O treinamento de membro eleito em processo extraordinário deve ser realizado no prazo máximo de trinta dias, contados a partir da data da posse.

IX. Os titulares da representação dos empregados nas CIPAS não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

Parágrafo 1º - Ocorrendo a despedida, caberá empresa, em caso de reclamação à Justiça do Trabalho, comprovar a existência de qualquer dos motivos mencionados neste item, sob pena de ser condenado a reintegrar o empregado.

Parágrafo 2º - Garantia aos suplentes das CIPAS conforme Art. 165 da CLT.

### **16ª. CARTA REFERÊNCIA**

A empresa fornecerá ao empregado dispensado sem justa causa uma carta de referência indicando as funções exercidas e cursos realizados, independente de solicitação, colocando os seguintes dizeres: "não temos nada que desabone a conduta do empregado durante seu vínculo empregatício".

### **17ª. MEDIDAS DE PROTEÇÃO**

As empresas adotarão medidas de ordem coletiva e também em relação às condições de trabalho e segurança do empregado, fornecendo e orientando o empregado no uso dos equipamentos de proteção individual, bem como coletivos. Em caso de acidente de trabalho a empresa deverá enviar ao Sindicato uma cópia do CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, conforme o artigo 22, parágrafo 1º, da lei 8.212 de 24.07.91 e publicada no Diário Oficial de União em 25.07.91.

### **18ª. MENSALIDADES DE ASSOCIADOS**

As empresas descontarão, em folha de pagamento, as mensalidades associativas da entidade profissional, recolhendo-as ao sindicato competente no prazo máximo de 10 (dez) dias.  
Parágrafo único - Os sindicatos de empregados assumem inteira responsabilidade por qualquer pendência judicial ou extrajudicial decorrente da aplicação desta Cláusula e, em caso de reclamação trabalhista contra empresa pelo desconto de contribuição social aqui instituída, assumirão a defesa da causa na qualidade de substituto processual das empresas.

### **19ª. LICENÇA REMUNERADA A DIRETORES SINDICAIS**

Os empregados eleitos para o cargo de administração sindical poderão se afastar, mediante pedido por escrito formulado pelo Sindicato dos Trabalhadores com antecedência de uma semana por tempo determinado e aquiescência do empregador, num limite de 1 (um) empregado por empresa, uma vez por mês e sem prejuízo dos salários.

### **20ª. MULTA**

a) - ao empregador que deixar de cumprir obrigação de pagar prevista nesta convenção que não fixar penalidades específicas, fica sujeito à multa de 1% (um por cento) do salário normativo vigente na época da infração por empregado, mês a mês de serviço, revertido o seu benefício a favor do prejudicado.

b) - ao empregador que descumprir obrigações de fazer contidas na presente convenção e que não estabeleçam penalidade específica, é fixada a multa de 5% (cinco por cento) do salário normativo então vigente, por empregado, mês a mês de serviço, revertendo o seu benefício em favor da parte prejudicada.

### **21ª. PIS**

Garante-se ao empregado o recebimento do salário do dia em que tiver de se afastar para recebimento do PIS.

### **22ª. AUSÊNCIA JUSTIFICADA**

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: **a)** por 2 (dois) dias consecutivos em caso de falecimento de cônjuge, ascendente ou descendente ou irmão; **b)** até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento; **c)** por 5 (dias) no caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana; **d)** por 1 (um) dia em cada 12 (doze) meses de trabalho, para o caso de doação de

sangue comprovada; e) no período de tempo em que tiver que cumprir as exigências do serviço militar referidas na letra “c”, do artigo 65, da lei 4.375, de 17.08.64.

### **23ª. FORMULÁRIOS PREVIDÊNCIA SOCIAL**

As empresas deverão preencher atestado de afastamento e salário (AAS) quando solicitado e fornecê-lo, obedecendo aos seguintes prazos:

- a) - para fins de obtenção de auxílio-doença: 5 (cinco) dias úteis;
- b) - para fins de obtenção de aposentadoria: 10 (dez) dias úteis;
- c) - para fins de aposentadoria especial: 30 (trinta) dias úteis, inclusive o preenchimento do formulário SB40 (DSS. 8030) do INSS, e outros complementos do aludido (SB40 – DSS). 8030), para efeito de aposentadoria,
- d) As empresas fornecerão aos empregados no ato da Rescisão de Contrato de Trabalho o Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, de acordo com o Art. 68, § 6º do Decreto Nº 3.048, de 06 maio 1999.

### **24ª. ADICIONAL NOTURNO**

Pagamento de 35% de adicional para trabalho prestado entre 22:00 e 5:00 horas.

### **25ª. AUXÍLIO ESCOLA**

As empresas concederão um auxílio escolar a razão de 20% do salário normativo no mês de fevereiro de 2020, a cada trabalhador que tiver filho entre 6 (seis) e 14 (quatorze) anos de idade, que comprovadamente estiver matriculado na rede pública ou particular de ensino.

### **26ª. SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO**

Será garantido ao empregado substituto o mesmo salário recebido pelo empregado substituído na forma da súmula do TST n.º 159 (ex-prejugado n.º 36): “ Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário do substituído”.

### **27ª. FARDAMENTOS E FERRAMENTAS**

As empresas fornecerão gratuitamente a seus empregados, conforme padrão definido pelas próprias empresas, dois jogos de uniforme para o desempenho das atividades laborais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Sempre que houver necessidade os uniformes deverão ser substituídos, ficando o trabalhador obrigado a devolver o uniforme danificado no estado em que se encontrar, sob pena de ser reduzido de sua remuneração o valor respectivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na rescisão do contrato de trabalho os uniformes fornecidos também deverão ser devolvidos à empresa no estado em que se encontrarem, sob pena de desconto do valor respectivo.

### **28ª. GARANTIA À GESTANTE**

Defere-se garantia de emprego à gestante, desde a concepção até 6 (seis) meses após o parto

### **29ª. ATESTADOS MÉDICOS/ODONTOLÓGICOS**





Os atestados médicos e odontológicos serão fornecidos pelos serviços médicos das empresas, próprios ou contratados e, na falta de tais serviços, serão reconhecidos pelas empresas os atestados médicos passados por facultativos das entidades sindicais da categoria, bem como serão aceitos os aludidos atestados expedidos por órgãos públicos, apenas na hipótese das entidades sindicais igualmente não possuírem serviços médicos, obedecida, em qualquer caso, a ordem prioritária mencionada nesta cláusula.

### **30ª. GARANTIA DE EMPREGO E SALÁRIO DO AFASTADO POR DOENÇA OU ACIDENTE DE TRABALHO**

O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a manutenção de seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

### **31ª. INTERVALOS**

Ficam assegurados aos empregados dois intervalos de 15 (quinze) minutos para repouso, sendo um no meio da jornada matutina e outro no meio da jornada vespertina, sendo que naquele concedido no período da manhã as empresas fornecerão pão com manteiga e café com leite em suas instalações, respeitando-se o critério já vigente.

### **32ª. COMUNICAÇÃO DE DISPENSA**

a) As empresas serão obrigadas a comunicar por escrito a dispensa do empregado e contra recibo firmado pelo mesmo, avisando inclusive o dia, hora e local de acerto de contas;

b) O trabalhador dispensado sob alegação de falta grave deverá ser avisado do fato, por escrito e contra recibo, esclarecendo claramente os motivos, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

### **33ª. INTEGRAÇÃO DA HORA EXTRA**

As horas extras serão consideradas para efeito de integração de férias, 13º salário e demais benefícios, inclusive FGTS e contribuições previdenciárias.

### **34ª. FÉRIAS**

O início das férias coletivas ou individuais será sempre no primeiro dia útil da semana e sua remuneração se dará nos termos da lei.

### **35ª. EXTRATO DO FGTS**

Obrigatoriedade do fornecimento trimestral pela empresa aos seus funcionários do extrato do FGTS fornecido pelo banco depositário e a empregadora não se oporá se a entidade sindical solicitar cópias da RE e GR ao Ministério do Trabalho ou ao órgão governamental que retiver tais documentos.

### **36ª. DIA DE PAGAMENTO E ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS (VALE)**

Os salários serão pagos no 5º (quinto) dia do mês e o adiantamento de salários (vale) será efetuado no 20º (vigésimo) dia, observando-se, porém, o seguinte critério :

a) se o 5º e o 20º dia cair no sábado, o pagamento deverá ser efetuado na 6ª feira.

b) se o 5º e o 20º dia cair no domingo ou feriado, o pagamento deverá ser efetuado no 1º dia útil posterior.

### **37ª. DIREITO DA MULHER**



As empresas comprometem-se a assegurar igualdade de condições e oportunidades às mulheres para concorrer a qualquer cargo, inclusive de chefia, atendidos os pré-requisitos da função. As empresas deverão manter, na caixa de primeiros socorros, absorventes higiênicos, a fim de fornecê-los às empregadas em situações emergenciais.

#### **38ª. ERRO NO PAGAMENTO**

As empresas devem pagar ou adiantar a seus empregados a diferença a menor reclamada quando de erro no pagamento dos salários ou vale no prazo de 2 (dois) dias úteis.

#### **39ª. PROMOÇÃO E ANOTAÇÃO DA CTPS**

As empresas ficam obrigadas a anotar na carteira de trabalho a função efetivamente exercida pelo empregado, observada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

#### **40ª. TESTES PRÁTICOS**

Os testes práticos admissionais, quando aplicados, serão realizados em apenas um dia, e ainda assim remunerados conforme o salário da função, vedada à realização de testes para empregados não qualificados.

#### **41ª. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO – ELIMINAÇÃO DE POEIRA –**

As empresas cumprirão o disposto na PORTARIA N.º 43, DE 11 DE MARÇO DE 2008, (DOU de 13/03/08) que proíbe o processo de corte e acabamento a seco de rochas ornamentais e altera a redação do anexo 12 da Norma Regulamentadora n.º 15.

“As máquinas e ferramentas utilizadas nos processos de corte e acabamento de rochas ornamentais devem ser dotadas de sistema de umidificação capaz de minimizar ou eliminar a geração de poeira decorrente de seu funcionamento.”

Ficam proibidas adaptações de máquinas e ferramentas elétricas que não tenham sido projetadas para sistemas úmidos.

#### **42ª. DIRETORES SINDICAIS**

O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva, não poderá ser impedido de suas funções, nem transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho das suas atribuições sindicais.

#### **43ª. CÓPIA DA RAIS**

As empresas, no prazo de 30 (trinta) dias após a emissão, fornecerão, uma vez por ano, ao Sindicato dos Trabalhadores, uma cópia reprográfica da RAIS e do CNAE, bem como trimestralmente cópia reprográfica do CAGED.

#### **44ª. REMESSA DE RELAÇÕES DE EMPREGADOS**

Por ocasião do recolhimento da contribuição assistencial dos trabalhadores, serão fornecidas pelas empresas aos sindicatos da categoria informações sobre o número de trabalhadores existentes e a menção de quantos empregados possuem por faixa das contribuições.

#### **45ª. MENOR APRENDIZ**

Assegura-se ao menor aprendiz, como tal considerado pelo SENAI, um salário correspondente a 2/3 do salário mínimo vigente, durante a primeira metade de sua correspondente aprendizagem e de 1 salário mínimo vigente, durante a segunda metade da aludida aprendizagem.

#### **46ª. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

As empresas descontarão dos trabalhadores integrantes da categoria profissional e beneficiados pela aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, nos termos do art. 545 e inciso XXVI do art. 611, B da CLT, e desde que esses não manifestem oposição junto à empresa ou no sindicato profissional, a título de Contribuição para custeio das entidades dos trabalhadores normalmente abaixo transcritas.

**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ: 60.505.252-0001-02**, com sede na Rua Dr. Fernão Pompeu de Camargo, 1102, Jd. Do Trevo, Campinas-SP, CEP 13040010; "AGE de 22.11.2018 realizada na sede da Federação em São Paulo, convocada por edital, publicado no Jornal Agora São Paulo em 10/11/2018; e na base inorganizada, de acordo com as AGE Edital publicado no jornal "Agora S.Paulo de 06.08.2019. As assembleias se realizaram às 12:00 horas, em segunda convocação, nos Municípios de: Ilha Solteira-SP, na Rua Passeio Niterói, nº 219; Pilar do Sul-SP, na Rua Major Euzébio M Cunha, 1373; Guaira-SP, na Rua 28, Nº. 118, Jardim Paulista." Contribuição da categoria para receita orçamentária da Federação de 1% ao mês de todos os trabalhadores inorganizados em Sindicato aprovada na reunião do Conselho de Representantes e nas Assembleias de Trabalhadores e SINDICATOS FILIADOS:

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **ASSIS**, CNPJ n. 44.219.665/0001-66, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Getúlio Leite de Moraes. Edital de convocação publicado no Jornal "Agora São Paulo de 13.12.2019, na página A12". A assembleia realizou-se no dia 19 de dezembro de 2019, as 18:00 h, na Rua Brasil, nº 599, Vila Bonfim, Assis-SP, CEP 198.000-101. Contribuição para Receita Orçamentária do Sindicato de 1%, por mês, dos trabalhadores beneficiários da norma coletiva em sua vigência.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **BARRA BONITA**, CNPJ n. 54.713.433/0001-13, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Marcelo Maganha. Edital de convocação publicado no Jornal Mais, de 31.08.2019, na página nº 03, do caderno EDITAIS MAIS. A assembleia realizou-se no dia 06/09/2019, as 18:30 horas, na Rua Geraldo Fazzio, nº 833, no Bairro Cecap, no município de Barra Bonita/SP, CEP nº 17340-000. A contribuição Assistencial, aprovada pelos Trabalhadores foi de 1,5%, todos os meses, incluindo 13º salário, excetuando o mês de férias.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **BARRETOS**, CNPJ n. 44.790.806/0001-04, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Dediê José dos Santos. Publicou edital de convocação no Jornal AGORA SÃO PAULO, de 09.08.2019, na página nº A10. A assembleia realizou-se no dia 23.08.2019, as 18:00 horas, na Av 13, nº 826, Centro, Barretos, CEP nº 14.780-270. A contribuição Assistencial, aprovada pelos Trabalhadores foi de 1%, Não incidindo sobre o 13º Salário.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **CRUZEIRO**, CNPJ n. 47.550.843/0001-25, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Elias Sebastião do Prado. Publicou edital de convocação no Jornal: " A Notícia" de 01 a 10 de agosto de 2019, na Página 06. A Assembleia foi realizada no dia 14.08.2019, às 18h, na sede do sindicato, Rua Das Tulipas, 120, Jd. Primavera Cruzeiro -SP CEP 12.712-080. Foi aprovada a C. Assistencial: 1%, mensalmente, dos trabalhadores beneficiários desta norma coletiva.



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **FRANCA**, CNPJ N. 47.984.646/0001-14, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Jaime Plácido Barbosa. Publicou edital de convocação no Jornal Comercio da Franca do dia 24.08.2019, pág.nº 17 A. A assembleia realizou-se no dia 30.08.2019, as 17:00 h, na Rua Floriano Peixoto, nº 1399, Centro, Franca, CEP nº 14400-760. A contribuição Assistencial aprovada pelos Trabalhadores foi de 1%, por mês, dos Trabalhadores Marmoristas.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO, CIMENTO, CAL, GESSO E MONTAGEM INDUSTRIAL DE **ITAPEVA**, CNPJ n. 49.801.459/0001-83, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Norival Romeda. Publicou edital de convocação no Jornal "Agora" do dia: 06/08/2019 na página a/9. A assembleia realizou-se no dia 21.08.2019, nas portarias das Indústrias de Mármore e Granitos de nossa Base Territorial, no horário das 8:00 às 17:00 h. Autorização para desconto em folha de pagamento, em todos os meses, de todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional, beneficiados pelas cláusulas normativas a serem firmadas, a contribuição assistencial a partir de 01.10.2019 no percentual de 1% (um por cento) do salário nominal de cada um, para ser aplicado na receita orçamentária, com direito a oposição pelos trabalhadores manuscrito de próprio punho, e entregue na Secretaria da Entidade 10 (dez) dias após a assinatura da Convenção/Acordo Coletivo(o) de Trabalho ou após o julgamento do Dissídio Coletivo.

SINDICATO DOS TRABS. NAS INDS. DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **ITATIBA**, CNPJ n. 51.308.112/0001-45, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Maurício Franciscan. Edital de convocação publicado no jornal de Itatiba, edição de 20.08.2019, pág. B4. Assembleia realizada no dia 30.08.2019, as 16h00, na Sede do Sindicato, Rua Giacomio Saccardi, 125, Vila Bela Vista, Itatiba-SP, CEP. 13.256-060. Contribuição Assistencial aprovada pela assembleia de trabalhadores **com a seguinte redação:** I - A presente contribuição terá por limite máximo de incidência (teto) o valor equivalente a 10 (dez) salários mínimos e será devida pelos trabalhadores filiados. II - A contribuição acima prevista não será descontada dos empregados profissionais liberais, desde que registrados com tais habilitações e que as exerçam efetivamente a serviço da empresa, bem assim daqueles empregados de categoria diferenciada. III - Esta contribuição não é cumulativa com outras contribuições, com exceção da sindical e/ou outras compulsórias. IV - O percentual do desconto será de 1,5% (um e meio por cento) ao mês, que incidirá sobre o salário nominal, as férias, o décimo terceiro salário, não incidindo sobre as horas extras, adicional de insalubridade, periculosidade, salário família, abono de férias e 1/3 (um terço) sobre as férias. V - No caso de trabalhadores admitidos, a incidência da presente contribuição será proporcional aos dias trabalhados no primeiro mês e, nos casos de demissões, será extensiva ao aviso prévio, inclusive. VI - O Sindicato dos Trabalhadores assume o compromisso de remeter guias para as empresas, em tempo hábil e na quantidade suficiente, não respondendo estas por eventual retardamento. VII- **O recolhimento será no quinto dia útil do mês, ou seja, no mesmo dia do pagamento de salários.** A partir do vencimento, será cobrada a multa de 10% (dez por cento) ao mês sobre o valor corrigido pela SELIC ou outro índice oficial que a substitua, mais juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor corrigido.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO E DE CERÂMICAS DE **ITU E REGIÃO**, CNPJ n. 50.235.316/0001-30, neste ato representado por seu Presidente, Sr. João Ferreira Marciano. Edital publicado no jornal "Agora S. Paulo", no dia 07.08.2.019, pág.A-11. A assembleia foi realizada no dia 12.08.2.019, as 19:00 hs em segunda convocação na sede social, Rua Paula Sousa, nº 30. Foi deliberado pela assembleia o desconto, a título de Contribuição Assistencial na porcentagem de 1% (um por cento) ao mês de todos os trabalhadores sócios e não sócios para a manutenção e custeio da entidade.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **JACAREÍ**, CNPJ n. 50.477.371/0001-37, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Aldeir Marcelino dos Santos. Edital publicado no jornal "Diário de Jacareí, NO DIA 24.08.2019, na página 10. A assembleia foi realizada no dia 29.08.2019 na sede do sindicato, Rua João Américo da Silva, 462, Centro, Jacareí-SP,

CEP 12.308-660. A assembleia autorizou o desconto da contribuição negocial de 1%, por mês, inclusivo sobre o 13º salário.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO E DE CERÂMICAS DE **JAU**, CNPJ n. 50.757.608/0001-33, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Adilson Dallano. Publicou edital de convocação no Jornal Agora São Paulo, de 20.08.2019, pág. nº A6. A assembleia realizou-se no dia 26.08.2019, as 17:00 horas, na Rua Amaral Gurgel, nº 134, Centro, Jaú/ SP, CEP nº 17201-010. A contribuição Assistencial aprovada pelos Trabalhadores foi de 1%.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **LIMEIRA**, CNPJ n. 51.486.942/0001-62, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Ademar Rangel da Silva. Edital publicado no jornal "O Popular" de 09.08.2019, na página A15. A assembleia foi realizada no dia 13.08.2019 na Rua Coronel Venâncio Ferreira Alves Adorno, nº 567, Bairro Nova Mogi, Mogi Mirim-SP. Aprovada a Contribuição assistencial de 1,5% aos mês dos Trabalhadores integrantes da categoria, inclusive sobre o 13º salario.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **MARÍLIA**, CNPJ n. 44.471.076/0001-70, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Carlos Ferreira Silva. Edital publicado no Jornal "Agora São Paulo", de 27.07.2019, pág.A-11, no caderno "Agora/Grana". A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada no dia 30.07.2019, às 18:30 horas no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Marília, Rua Quinze de Novembro, 2326 - Bairro São Miguel, Marília-SP. Na Assembleia foi discutido e aprovado o *desconto da Contribuição Confederativa e ou Assistencial/Negocial, de 1,0% (um por cento) na folha de pagamento de cada mês, inclusive do 13º (décimo terceiro) salário*, para custeio da organização sindical, descontado de todos os trabalhadores da categoria, associados ou não, beneficiados pelas cláusulas da norma coletiva.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO e MONTAGEM INDUSTRIAL DE **MIRASSOL E VOTUPORANGA**, CNPJ n. 51.847.812/0001-08, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilmar Antônio Guilhen. Edital de convocação publicado no Jornal AGORA, do dia 13 de agosto de 2019, na página A12. Assembleia - realizada no dia 22/08/2019, às 20:00, na Rua Rodrigues Alves, 2031 – Centro – Mirassol/SP. Cep. 15130-031. Contribuição Assistencial: Ficou aprovada em 1.5%, somente sobre a remuneração mensal do trabalhador.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CERÂMICA, DE REFRAATÓRIOS, DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE MONTAGENS INDUSTRIAIS E DO MOBILIÁRIO DE **MOGI GUAÇU E REGIÃO**, CNPJ n. 52.745.031/0001-75, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Paulo de Tarso Ferreira. Edital publicado no jornal "Agora" do dia 23/07/2019, na pagina "A-7". Foram realizadas as assembleias: do dia **07/08/2019** em Mogi Guaçu – SP, Trav. Américo Luiz Caveanha, 90, Centro, com os trabalhadores do setor Mármore e Granitos; do dia 08/08/2019 em Itapira – SP, Rua Saldanha Marinho, 116, Centro, com os trabalhadores do setor Cerâmica e Refratários. O valor da Contribuição Assistencial para todos é de 1% (um por cento), exceto no 13º Salário.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **OURINHOS**, CNPJ n. 54.711.353/0001-29, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Aparecido

Luiz. Publicou edital no Jornal Regional Tribuna de Ourinhense do dia 26.09.2019, pág. nº 07. A assembleia do setor de Mármore e Granitos realizou-se no dia 03.10.2019, as 17:30 horas, na Avenida Gastão Vidigal, nº 1132, Jardim Matilde, Ourinhos-SP, CEP 19901-010. A contribuição assistencial foi aprovada e fixada no valor de 1% sobre a remuneração, pela totalidade dos trabalhadores presentes.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **PIRACICABA**, CNPJ n. 47.766.316/0001-52, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Milton Costa. Publicou edital no Diário Oficial do Município de Piracicaba, edição de 01.08.2019, pg. Nº 7. A Assembleia foi realizada no dia 15.08.2019, às 19:30 h, na Rua José Pinto de Almeida, nº 295, Bairro dos Alemães, Piracicaba-SP. A assembleia aprovou desconto de 1,5% a título de contribuição confederativa, e incidindo também sobre o 13º salário.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO - SINTRACOM**, CNPJ n. 55.354.575/0001-02, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Rogério Dosmao dos Santos. Os editais foram publicados: Jornal O Imparcial de Presidente Prudente dia 03/10; Jornal A Semana de Paraguaçu Paulista dia 05/10 e Jornal Integração de Presidente Venceslau dia 03/10. Assembleia realizada no dia 11/10 às 16h30min na sede do Sintracom sito à Rua Dr. Gurgel, 629 – Centro – Presidente Prudente/SP. A contribuição da categoria para receita orçamentária do Sindicato em 1,0%, ao mês sobre o salário base de todos os trabalhadores das categorias, inclusive sobre 13º salário, exceto no mês de férias.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **REGISTRO**, CNPJ n. 57.739.815/0001-04, neste ato representado por seu Presidente, Samuel Ramos. Registro. Edital publicado no jornal “Notícias do Vale” de 29.08 a 04.09.2019. A assembleia foi realizada no dia 06.09.2019, as 17:30 horas na Rua Paraná, 20, Centro, Registro-SP. A assembleia aprovou desconto de contribuição para custeio da entidade, de todos os trabalhadores da categoria de 1% beneficiários da norma coletiva.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, LADRILHOS HIDRÁULICOS, PRODUTOS DE CIMENTO E MÁRMORES E GRANITOS DE **RIBEIRÃO PRETO**, CNPJ n. 55.977.417/0001-09, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Marcelo Gomes de Lima. Edital publicado no jornal Agora, 15.08.19, A10. A assembleia foi realizada as 18:00 h, do dia 21.08.2019 em 2ª convocação na Sede Social, Rua Castro Alves, 460, Vila Tibério, Rib.Preto-SP, CEP 14.050-370. Contribuição Assistencial de 1%, com valor máximo de R\$ 25,00.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO **SANTO ANDRÉ, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA**, CNPJ n. 57.518.276/0001-83, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Luiz Carlos Biazí. Santo Andre. Edital de convocação publicado no Jornal Agora São Paulo de 22.07.2019, pág. n.º A7. A assembleia realizou-se no dia 26/07/2019, às 17:00 horas, na Rua: Capitão José Gallo n.º 380, Centro, no município de Ribeirão Pires CEP n.º 09420-080. A Contribuição Assistencial, aprovada pelos Trabalhadores foi de 1,2 % (um vírgula dois por cento).

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **SÃO CARLOS**, CNPJ n. 59.620.302/0001-05, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Renato Toselli. São Carlos. Edital publicado no Jornal Primeira Página, página C5, do dia 31.07.2019, A assembleia foi realizada no dia 12.08.2019, as 19:00h, na Rua Geminiano Costa, nº 42, Bairro Jardim são Carlos, São Carlos-SP. A assembleia autorizou desconto de 1% a título de contribuição assistencial para custeio sindical dos trabalhadores abrangidos por esta convenção coletiva de trabalho.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, CNPJ n. 60.000.510/0001-90, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Nelson



loca. São José do Rio Preto. O Edital foi publicado no jornal D' hoje de 13.09.2019, na página B-3. A assembleia foi realizada no dia 18.09.2019, as 18:00 h, em segunda convocação na Sede do Sindicato, Rua Tiradentes nº 2534, Boa Vista, São José do Rio Preto-SP. A Contribuição Assistencial/Confederativa/Negocial é de 1%, com teto máximo de R\$ 28,00, aprovada em assembleia dos trabalhadores, por mês, para o custeio sindical.

SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **SOLIDARIEDADE-SP**, CNPJ nº 59.325.308/0001-50, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edison Luiz Bernardes. Solidariedade. Edital publicado no "Jornal Agora de 12.09.2019, na folha a9. A assembleia foi realizada no dia 16.09.2019, n\ Rua Perrela, 278, São Caetano do Sul. Foi aprovado o desconto retributivo de 1,3% mensalmente, dos trabalhadores beneficiados pela norma coletiva.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE MONTAGENS INDUSTRIAIS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM, DO CIMENTO, CAL E GESSO, DE PRODUTOS DE CIMENTO, DE OLARIAS E CERÂMICAS E DO MOBILIÁRIO DE **SOROCABA E REGIÃO**, CNPJ nº 71.849.194/0001-42, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vitorino Gabriel. Edital publicado no jornal Agora São Paulo do dia 02.08.2019, na página A 09. Assembleia realizada no dia 09.08.2019, as 18:30 horas, na Rua Dr. Arthur Martins, nº 153 – Sorocaba/SP Rua Dr. Artur Martins, 153, 18035- 250. A Contribuição Assistencial/Confederativa de 1% mensal a ser descontada do salário nominal de todos os Trabalhadores, associados ou não associados do Sindicato, beneficiários da norma coletiva.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **TAUBATÉ**, CNPJ n. 72.306.913-0001-41, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Marco Antonio Ferreira. Edital publicado no jornal Diário de Taubaté, fls 2-B, seção de Classificados & Publicidade Legal, de 15.08.2019. Assembleia realizada no dia 21.08.2019, as 16:00 h. na Rua Coronel João Afonso, 294, centro, Taubaté /SP. A contribuição Assistencial aprovada foi de 1% ( um por cento) ao mês, de todos os trabalhadores integrantes da categoria, inclusive 13º salário.

Parágrafo 1º: A contribuição em questão não se confunde com a Contribuição Sindical e nem com mensalidade associativa.

Parágrafo 2º: O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO assumem inteira responsabilidade por qualquer pendência judicial ou extrajudicial decorrente da aplicação desta cláusula. Em caso de ação judicial contra o Sindicato Patronal e/ou empresa do setor, pelo desconto da contribuição nos termos do instituído nesta cláusula, o SINDICATO DOS TRABALHADORES assumirá a defesa da causa na qualidade de substituto processual.

Parágrafo 3º: O Sindicato Profissional isenta o Sindicato Patronal e as Empresas do setor, de qualquer responsabilidade sobre os descontos realizados.

Parágrafo 4º: Para efeito de recolhimento da contribuição relacionada tão somente aos beneficiários da Convenção Coletiva de Trabalho, fica garantida, a manifestação expressa dos trabalhadores envolvidos, sendo que o integrante da categoria profissional poderá exercer o direito de oposição a qualquer tempo, através de protocolo na empresa ou no sindicato profissional, em papel simples ou meio eletrônico, até a data do efetivo desconto nos moldes do caput desta cláusula.

Parágrafo 5º - As empresas deverão comunicar, no prazo de até 30 dias a contar do recebimento da carta de oposição de seu empregado, o Sindicato da Categoria Profissional, juntando cópia das cartas de oposição.

#### 47ª. DIÁRIA PARA SERVIÇOS EXTERNOS



No caso de prestação de serviços externos executados por empregados que trabalha internamente, a empresa arcará com as despesas de transporte e alimentação.

#### **48ª. ADMISSÃO**

Todo e qualquer empregado admitido na empresa terá sua carteira de trabalho anotada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e os documentos devolvidos imediatamente após este prazo.

**Parágrafo Único:** O não cumprimento desta obrigação acarretará o pagamento de multa de 10% (dez por cento) do salário normativo a ser revertido ao empregado respectivo.

#### **49ª. QUINQUÊNIO**

Será pago a todos os empregados da categoria profissional, de forma retroativa e a título de QUINQUÊNIO, 2% (dois por cento) do salário nominal por período aquisitivo.

#### **50ª. EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS E DEMISSIONAIS**

Os exames médicos periódicos serão realizados durante a jornada de trabalho. A empresa no ato da homologação entregará a cada empregado o exame demissional.

#### **51ª. COMPETÊNCIA E AÇÃO DE CUMPRIMENTO**

O não cumprimento das cláusulas da convenção coletiva a ser celebrada poderão ser reclamadas na Justiça do Trabalho, em ação de cumprimento.

#### **52ª. DURAÇÃO E VIGÊNCIA**

A presente convenção tem duração de 12 (doze) meses e vigência a partir de **1º de outubro de 2019** até **30 de setembro de 2020**.

#### **53ª. ABONO DE FALTAS AO ESTUDANTE**

Abono de faltas ao empregado estudante para prestação de exames escolares e vestibulares, condicionado à previa comunicação de 48 horas à empresa e comprovação posterior em 24 horas.

#### **54ª. QUADRO DE AVISOS**

Defere-se a afixação, na empresa, de quadro de avisos do sindicato, para comunicados de interesse dos empregados, vedados os de conteúdo político-partidário ou ofensivo.

#### **55ª. AVISO PRÉVIO**

Aos empregados que contarem com mais de 45 anos de idade será assegurado um aviso prévio de 45 dias, desde que tenham um mínimo de 2 anos de serviço contínuo na mesma empresa, independentemente da vantagem concedida na cláusula 9ª.

#### **56ª. CONVÊNIO MÉDICO**

As empresas que contem com serviços médicos próprios ou convênios médicos gratuitos nas localidades em que se situam, única e exclusivamente para seus funcionários ou também para seus dependentes, garantirão o respectivo benefício até 30 (trinta) dias após a demissão sem justa causa do empregado, devendo mantê-lo também durante o afastamento do empregado por doença ou acidente de trabalho.



## **57ª. HORAS EXTRAS**

As horas extraordinárias serão remuneradas com 60% de sobretaxa em relação à hora normal, excluindo-se as prorrogações de jornada decorrentes de compensação de horas de trabalho. Quando recair aos domingos e feriados, não compensados, a incidência é de 100% de sobretaxa em relação à hora normal.

## **58ª. COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL**

As empresas concederão ao empregado afastado do serviço por motivo de saúde (doença ou acidente) a complementação do auxílio previdenciário para que receba a mesma remuneração que receberia em atividade, durante o prazo de 30 (trinta) dias.

## **59ª. VALE REFEIÇÃO / VALE ALIMENTAÇÃO**

As empresas fornecerão mensalmente a título de cesta básica de forma gratuita a seus empregados Vale alimentação (V.A.) ou Vale Refeição (V.R), no valor mensal de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), por meio de cartão magnético.

**Paragrafo primeiro:** os empregados deverão ser consultados de forma individualizada pela opção de Vale Alimentação ou Vale Refeição.

**Parágrafo segundo:** as empresas que fornecerem Vale Refeição acima do estipulado no caput desta cláusula, deverão reajustar os valores pagos a título de Vale Refeição em 3%.

## **60ª. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

### **1. Objetivos Comuns**

As partes, ao acordarem sobre a Participação nos Resultados das Empresas pelos respectivos empregados, reafirmam o compromisso de investir no relacionamento participativo e democrático, bem como para atender às disposições na forma da Lei.

### **2. Empresas com até 50 empregados em 01.10.19**

Esta cláusula estabelece um compromisso de pagamento atrelado ao objetivo de reduzir a taxa de absenteísmo por empresa e empregado, considerando-se, para tanto, como falta ao trabalho toda aquele que ocorrer durante a jornada normal, exceto as faltas legais, assim conceituadas por legislação ou convenção incluindo nessa exceção as faltas por motivo de doença devidamente comprovadas e as decorrentes de acidente de trabalho ou doença profissional.

#### **2. a) AFERIÇÃO DOS RESULTADOS**

l)- A taxa de absentismo será calculada observando-se as faltas não justificadas na forma do "caput:", no período do semestre anterior a do efetivo pagamento, da seguinte forma:

- a) para o empregado que tiver no **máximo 2 faltas**, será pago o valor integral de **(100%)** da parcela correspondente;
- b) para o empregado que tiver de **3 a 5 faltas**, será pago **50%** da parcela correspondente;
- c) para o empregado que tiver **mais de 5 faltas**, não receberá nada **(0%)**.

#### **2. b) PAGAMENTO**

As empresas pagarão para cada um de seus respectivos empregados, a título de Participação nos Resultados, a importância de R\$ 463,87 (quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e sete centavos)



até 01.04.2020 e mais R\$ 463,87 (quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e sete centavos) até 30.09.2020.

## 2.c) CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

I) Os empregados admitidos ou demitidos a partir de **1º de outubro de 2020** até **31.03.2020** receberão proporcionalmente, na base de 1/6 (um sexto) do valor da 1ª parcela, por mês trabalhado ou fração superior a 15 dias, quando do pagamento desta;

II) Os empregados admitidos ou demitidos a partir de **01.04.2020** até **30.09.2020** receberão proporcionalmente, na base de 1/6 (um sexto) do valor da 2ª parcela, por mês trabalhado ou fração superior a 15 dias, quando do pagamento desta;

III) Os empregados afastados por doença ou acidente do trabalho receberão nas mesmas condições dos empregados ativos, caso permaneçam afastados até **3 (três)** meses no semestre. Caso o afastamento exceda a este lapso de tempo, o pagamento será proporcional ao tempo trabalhado;

IV) Estão excluídos desta cláusula os empregados demitidos por justa causa.

## 2.d) ENCARGOS

I) Sobre o pagamento desta Participação nos Resultados não incidirá encargos trabalhistas e/ou previdenciários, conforme preceitua a já citada Lei nº10.101, de 19 de dezembro de 2000.

II) Em havendo alteração na legislação no tocante à incidência de encargos trabalhistas e / ou previdenciários, as partes manterão negociação quanto à proporcional redução no valor da Participação nos Resultados prevista nessa cláusula.

## 2.e) COMPROMISSOS

I) Desde já, as partes se comprometem a retomar imediatas negociações para o estabelecimento de novas condições, metas e critérios, caso ocorram medidas econômicas ou em caso de legislação superveniente, decisão da Justiça do Trabalho ou qualquer outra medida que altere as regras das condições ora previstas ou do valor do pagamento avençado, independentemente de sua compensação legal.

II) Fica, ainda, acertado que a Participação nos Resultados, ora convencionada entre as partes, vem atender ao espírito e aos objetivos materiais dos dispositivos legais da Lei nº10.101, de 19 de dezembro de 2000.

## 3. EMPRESAS COM MAIS DE 50 EMPREGADOS EM 01.10.19

Deverão negociar com a comissão de empregados da empresa na forma da Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000.

## 4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 O não cumprimento das obrigações desta cláusula acarretará no pagamento das parcelas semestrais de R\$ 463,87 (quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e sete centavos) na forma da cláusula 11.

**4.2)** As empresas que deixarem de pagar a participação nos resultados, nas datas fixadas, deverão obrigatoriamente apresentar ao respectivo Sindicato os motivos justificadores e comprová-los mediante documentação hábil os dados utilizados para a aferição.

**4.3)** Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação desta cláusula, comprometendo-se, desde já, as partes em não medirem esforços para a solução negociada.

## **5. DISPOSIÇÃO ESPECIAL**

As empresas com mais de **50 empregados** poderão optar pelo pagamento somente da **1ª (primeira) parcela** semestral no valor de R\$ 463,87 (quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e sete centavos), em **01.04.2020**, sem o ônus da multa estabelecida no item 4.1. das Disposições Finais acima e sem a obrigatoriedade de realizar negociações conforme o item 3 (três) desta cláusula, desde que, até referida data, hajam constituído a respectiva comissão de empregados, nos termos do mesmo item 3 (três) desta cláusula.

**5.1** O pagamento da 2ª parcela (**30.09.2020**), entretanto deverá ser resultado das negociações conforme item 3 desta cláusula, sob pena de ser aplicada a multa 100% (cem por cento), sobre o valor do pagamento previsto no item 4.1 da mesma cláusula.

### **61ª. COMISSÃO PARITÁRIA**

É firmado neste ato o compromisso das partes manterem Comissão Paritária para estudos e projetos comuns quanto ao desenvolvimento do setor econômico, onde envolva formação e qualificação profissional. O lançamento deste compromisso fica determinado para o dia da assinatura deste termo, com reuniões subsequentes em calendário a parte, trimestralmente, com fixação dos nomes que representarão, com número de 3 (três) para cada parte com igual de suplentes. Esta cláusula não envolve quaisquer tipos de garantias aos membros da Comissão, pois o assunto é exclusivamente ligado ao desenvolvimento do setor econômico.

### **62ª. SERVIÇOS MÉDICOS PRÓPRIOS OU CREDENCIADOS**

As partes comprometem-se a instalar uma comissão Paritária para iniciar estudos, dentro de 90 dias a contar da data da assinatura da presente Convenção, visando viabilizar a implantação dos serviços referidos no caput desta cláusula na categoria profissional.

### **63ª. PROGRAMA DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

As partes concordam em constituir comissão Paritária, dentro de 90 dias a contar da data da assinatura da presente Convenção, para elaborar projeto nessa área, mediante obtenção de fundos ao FAT do Ministério do Trabalho.

### **64ª. MUDANÇA DE ENDEREÇO**

As empresas obrigam-se a comunicar aos empregados e ao Sindicato Profissional quando da mudança de endereço, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

### **65ª. BANCO DE HORAS**

Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de convenção ou acordo coletivo de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período desta convenção, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.



Para o exercício desta Cláusula, a empresa deverá formalizar o acordo respectivo com o Sindicato dos Trabalhadores da base territorial correspondente, mediante Assembleia, registrando o instrumento no Ministério do Trabalho.

#### **66ª. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

As partes convenientes comprometem-se, respeitada a opção da categoria quanto a sua implementação ou não, em elaborar aditivo a **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** no que concerne a Lei nº 9.958 de 12 de janeiro de 2000, nos seus termos expressos, regulamentando o modelo.

#### **67ª. SEGURANÇA DO TRABALHO – MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM**

As empresas do setor deverão observar os termos da Portaria nº 56, de 17 de setembro de 2003, Anexo I, da Norma Regulamentadora 11.

#### **68ª. VALE TRANSPORTE**

A categoria profissional concorda nos expressos termos da Lei, que o Vale Transporte possa ser pago em dinheiro ou em espécie, considerando os problemas naturais de administração.

#### **69ª. EPI'S**

Enquanto as partes através da cláusula nº 68 (sessenta e oito) negociam N.R. específica para o setor econômico, se comprometem por mútuo consentimento a usarem os EPI's (equipamento de proteção individual de segurança) na forma da Lei.

#### **70ª. MEDIDAS DE PROTEÇÃO A CATEGORIA ECONOMICA E PROFISSIONAL**

Outrossim, dentro do estreito relacionamento entre as partes, comprometem-se a manter conversações acerca do desenvolvimento do setor econômico, pleiteando junto às autoridades constituídas, em conjunto, medidas que possam proporcionar às empresas sediadas no estado de São Paulo um melhor tratamento, que possa evitar a chamada guerra fiscal.

#### **71ª. PAGAMENTO DOS SALÁRIOS POR VIA BANCÁRIA**

As empresas que efetuam o pagamento dos salários dos seus empregados por via bancária, proporcionarão horário que permita o seu imediato recebimento, durante a jornada de trabalho, de conformidade com a Portaria MTB-3.281 de 07.12.84.

#### **72ª. ÁGUA POTÁVEL**

Nos locais de trabalho deve ser fornecida água fresca e potável através de bebedouro com filtro, proibindo-se o uso do local para lavagem de mãos, ferramentas, peças, ou outros materiais.

#### **73ª. LICENÇA REMUNERADA**

Serão considerados licença remunerada os dias 24 e 31 de dezembro, e a terça feira de Carnaval.



#### **74ª. FORNECIMENTO DE PROTETOR SOLAR**

Ficou estabelecida a concessão de protetor solar de acordo com os termos da NR 21 da Portaria 3214/78 para os profissionais que exercerem a atividade predominantemente externa.

#### **75ª. DIA DO MARMORISTA**

Ficou instituído o 3º sábado do mês de janeiro como sendo o “Dia do Marmorista”.

#### **76ª. ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrange os empregados das empresas enquadradas no âmbito da categoria econômica – “Indústria de Mármore e Granitos” – integrante do Grupo 3º representadas pelo Sindicato da Indústria de Mármore e Granitos do Estado de São Paulo e, representando a categoria profissional o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Mármore, Granitos e Pedras Ornamentais de São Paulo, abrange os municípios conforme apostilado na carta sindical. **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inorganizados, sendo os demais trabalhadores pelos Sindicatos de Trabalhadores: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **ASSIS**, representando a categoria profissional na Cidade de Assis. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **BARRA BONITA**, representando a categoria profissional na Cidade de BARRA BONITA; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **BARRETOS**, representando a categoria profissional na Cidade de BARRETOS; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **CRUZEIRO**, representando a categoria profissional na Cidade de Cruzeiro; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **FRANCA**, representando a categoria profissional nas Cidades de CRISTAIS PAULISTA, FRANCA, JERIQUARA, PEDREGULHIO, RESTINGA, RIBEIRÃO CORRENTE, RIFAINA, SÃO JOSÉ DA BELA VISTA; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO, CIMENTO, CAL, GESSO E MONTAGEM INDUSTRIAL DE **ITAPEVA**, representando a categoria profissional nas Cidades de APIAÍ, BONSUCESSO DE ITARARÉ, BURI, CAPÃO BONITO, GUAPIARA, ITABERÁ, ITAPEVA, ITARARÉ, NOVA CAMPINA, RIBEIRA, RIBEIRÃO BRANCO, RIBEIRÃO GRANDE, SÃO MIGUEL ARCANJO, TAQUARIVAÍ; SINDICATO DOS TRABS. NAS INDS. DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **ITATIBA**, representando a categoria profissional nas Cidades de ATIBAIA, BOM JESUS DOS PERDÕES, BRAGANÇA PAULISTA, ITATIBA, JOANOPOLIS, MORUNGABA, NAZARÉ PAULISTA, PEDRA BELA, PINHALZINHO, PIRACAIA E SOCORRO. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO E DE CERÂMICAS DE **ITU E REGIÃO**, representando a categoria profissional nas Cidades de BOITUVA, CABREUVA, CERQUILHO, CESÁRIO LANGE, CONCHAS, ELIAS FAUSTO, GUAREI, INDAIATUBA, ITAPETININGA, ITU, LARANJAL PAULISTA, MOMBUCA, MONTE MOR, PEREIRAS, PORTO FELIZ, QUADRA, RAFARD, TATUÍ, TIETE; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **JACAREI**, representando a categoria profissional nas Cidades de JACAREI; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **JAU**, representando a categoria profissional nas Cidades de Jau, Bocaina, Dois Córregos, Itapui; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **LIMEIRA**, representando a categoria profissional na Cidade de Cordeirópolis, Corumbataí, Limeira, Mogi Mirim, Rio Claro e Santa Gertrudes; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **MARÍLIA**, representando a categoria profissional na Cidade de MARÍLIA; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CERÂMICA, DE REFRAATÓRIOS, DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE ESTRADAS DE TERRAPLENAGEM, DE MONTAGENS INDUSTRIAIS E DO MOBILIÁRIO DE **MOGI GUAÇU E REGIÃO**, representando a categoria profissional nas Cidades de, AGUAI, ÁGUAS DA PRATA, ÁGUAS DE LINDOIA, ARTUR NOGUEIRA, CONCHAL, ENGENHEIRO COELHO, ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, HOLAMBRA, ITAPIRA, LINDÓIA, MOGI GUAÇU, MONTE ALEGRE DO SUL, PEDREIRA, SANTO ANTONIO DE POSSE, SANTO ANTONIO DO JARDIM, SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SERRA NEGRA; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **OURINHOS**, representando a categoria profissional na Cidade de Ourinhos; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE

**PIRACICABA**, representando a categoria profissional na Cidade de Piracicaba; **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE PRESIDENTE PRUDENTE**, representando a categoria profissional nas Cidades de ALFREDO MARCONDES, CAIUÁ, ESTRELA DO NORTE, IEPÊ, INDIANA, MARABÁ PAULISTA, MARTINOPOLIS, NARANDIBA, PARAGUAÇU PAULISTA, PIQUEROBI, PIRAPOZINHO, PRESIDENTE BERNARDES, PRESIDENTE EPITÁCIO, PRESIDENTE PRUDENTE, PRESIDENTE VENCESLAU, QUATÁ, RANCHARIA, REGENTE FEIJÓ, SANDOVALINA, SANTO ANASTÁCIO, TEODORO SAMPAIO; **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE REGISTRO** representando a categoria profissional nas Cidades de Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-açu, Registro e Sete Barras; **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, LADRILHOS HIDRÁULICOS, PRODUTOS DE CIMENTO E MÁRMORES E GRANITOS DE RIBEIRÃO PRETO**, representando a categoria profissional nas Cidades de BATATAIS, CAJURU, IGARAPAVA, ITUVERAVA, ORLÂNDIA, RIBEIRÃO PRETO, SÃO JOAQUIM DA BARRA, SÃO SIMÃO, SERTÃOZINHO; **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE SANTO ANDRÉ, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES** representando a categoria profissional nas Cidades de Mauá, Ribeirão Pires e Santo André; **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE SÃO CARLOS**, representando a categoria profissional nas Cidades de São Carlos; **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, representando a categoria profissional nas Cidades de Adolfo, Álvares Florence, Américo de Campos, Ariranha, Bady Bassitt, Buritama, Cardoso, Catanduva, Cedral, Cosmorama, Estrela D'ouest, Fernandópolis, Guapiaçu, Ibirá, Icém, Itajobi, Jales, José Bonifácio, Mendonça, Meridiano, Nova Aliança, Nova Granada, Novo Horizonte, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Pindorama, Pontes Gestal, Potirendaba, Riolândia, Santa Adélia, Santa Fé do Sul, São José do Rio Preto, Tabapuã, Uchoa e Valentim Gentil; **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MONT. INDUSTRIAIS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DO CIMENTO, CAL E GESSO, DE PRODUTOS DE CIMENTO, DE OLARIAS E CERÂMICAS E DO MOBILIÁRIO DE SOROCABA E REGIÃO**, representando a categoria profissional nas cidades de Araçoiaba da serra, piedade, salto de Pirapora, Sorocaba e Votorantim; **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE TAUBATÉ**, representando a categoria profissional nas cidades de Taubaté, Caçapava, Tremembé, Pindamonhangaba, todos no Estado de São Paulo, conforme disposto no Art. 613, inciso III, da C.L.T - Consolidação das Leis do Trabalho.

#### **77ª. DIA DE SANTA LUZIA**

Recomenda-se as empresas comemorar o dia 13 de dezembro, data consagrada a padroeira dos trabalhadores marmoristas.

#### **78ª. PROIBIÇÃO DE JORNADA EXCESSIVA –**

Fica proibida a execução de horas extras que seja superior às duas horas diárias para assim prevenir o estresse, a ocorrência de acidentes e doenças do trabalho e garantir qualidade de vida.

#### **79ª. CONDIÇÕES SANITÁRIAS**

As instalações sanitárias deverão ser mantidas pela empresa em bom estado de conservação, asseio e higiene conforme disposto em Lei.

#### **80ª. PREVENÇÃO DE CHOQUE ELÉTRICO.**

Toda empresa elaborará projetos elétricos e implantará dispositivo compatível tecnicamente para prevenção de choque elétrico.

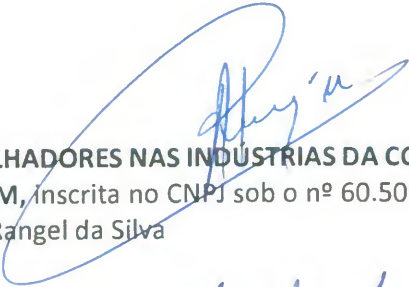


São Paulo, 21 de Janeiro de 2019.





SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MÁRMORES E GRANITOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, inscrito no CNPJ sob o nº 62.548.748/0001-80



FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO – FETICOM, inscrita no CNPJ sob o nº 60.505.252/0001-02, neste ato representado por seu Presidente, Ademar Rangel da Silva

*Sandro da Costa Santos*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE ASSIS, CNPJ n. 44.219.665/0001-66; neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BARRA BONITA, CNPJ n. 54.713.433/0001-13, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BARRETOS, CNPJ n. 44.790.806/0001-04, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE CRUZEIRO, CNPJ n. 47.550.843/0001-25 neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE FRANCA, CNPJ N. 47.984.646/0001-14, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO, CIMENTO, CAL, GESSO E MONTAGEM INDUSTRIAL DE ITAPEVA, CNPJ n. 49.801.459/0001-83, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABS. NAS INDS. DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **ITATIBA**, CNPJ n. 51.308.112/0001-45, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO E DE CERÂMICAS DE **ITU E REGIÃO**, CNPJ n. 50.235.316/0001-30, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **JACAREÍ**, CNPJ n. 50.477.371/0001-37, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO E DE CERÂMICAS DE **JAU**, CNPJ n. 50.757.608/0001-33, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Ademar Rangel da Silva*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **LIMEIRA**, CNPJ n. 51.486.942/0001-62, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Ademar Rangel da Silva;

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **MARÍLIA**, CNPJ n. 44.471.076/0001-70, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO e MONTAGEM INDUSTRIAL DE **MIRASSOL E VOTUPORANGA**, CNPJ n. 51.847.812/0001-08, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CERÂMICA, DE REFRAATÓRIOS, DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE MONTAGENS INDUSTRIAIS E DO MOBILIÁRIO DE **MOGI GUAÇU E REGIÃO**, CNPJ n. 52.745.031/0001-75, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **OURINHOS**, CNPJ n. 54.711.353/0001-29, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **PIRACICABA**, CNPJ n. 47.766.316/0001-52, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478



*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO - SINTRACOM**, CNPJ n. 55.354.575/0001-02, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **REGISTRO**, CNPJ n. 57.739.815/0001-04, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, LADRILHOS HIDRÁULICOS, PRODUTOS DE CIMENTO E MÁRMORES E GRANITOS DE **RIBEIRÃO PRETO**, CNPJ n. 55.977.417/0001-09, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO **SANTO ANDRÉ, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA**, CNPJ n. 57.518.276/0001-83, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **SÃO CARLOS**, CNPJ n. 59.620.302/0001-05, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, CNPJ n. 60.000.510/0001-90, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478;

*Sandro da Costa Santos.*

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, de Montagens Industriais e Instalações Elétricas, da Construção de Estradas, Pavimentação e Terraplenagem, do Cimento, Cal e Gesso, de Produtos de Cimento, de Olarias e Cerâmicas e do Mobiliário de **Sorocaba e Região**. Rua Dr. Artur Martins, 153, 18035- 250 - **SOROCABA-SP**, inscrito no CNPJ sob o nº 71.849.194/0001-42, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478

*Sandro da Costa Santos.*

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **TAUBATÉ**, CNPJ n. 72.306.913-0001-41, neste ato representado por seu Procurador, Dr. Sandro da Costa Santos, OAB nº 161.478.